A BUSCA DA SANTIDADE DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO DA TEOLOGIA PÚBLICA NO PROCESSO DE BUSCA PELA SANTIDADE

Mestrando: José Eduardo Rodrigues¹

Orientador: Ney de Souza²

A santidade e políticas públicas

Santidade em meio a um sacrifício pandêmico exige uma entrega do humano em busca de espaços dentro de políticas públicas. Fala-se nestas instancias de tudo um pouco em nome do poder e status, homens e mulheres vivem sem limitações de atitudes promovidas por uma sociedade capitalista, excludente e construtora de um sistema que produz a pobreza humana. Falar em santidade neste cenário não é tarefa fácil, muito menos ao se expor a qual tipo de santidade a que se refere.

A Igreja reconhece claramente a comunhão de todo o Corpo místico de Cristo unificado a todos os fiéis que ainda peregrinam cultuando a memória dos seus defuntos³.Os que deram testemunho e fielmente seguiram a Cristo trazem luzes para um caminho seguro, pelo qual, seguindo-os como modelos e experiências (LG 50). O êxito, desse

¹ RODRIGUES, José Eduardo, Mestrando em teologia e teólogo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, Me. em Eng. Elétrica pela Universidade de São Paulo (2009), membro do grupo de pesquisa: Religião e Política no Brasil contemporâneo, PUC-SP. E-mail: professorjer@gmail.com

² SOUZA, Ney de Pós Doutor em Teologia PUC Rio, Doutor em História Eclesiástica, Gregoriana (Roma), Docente do Programa de Estudos Pós-graduados em Teologia PUC-SP. Contato: nsouza@pucsp.br

³ "porque é coisa santa e salutar rezar pelos mortos, para que sejam absolvidos de seus pecados" (2 Mac. 12,46).

processo, virá, sem sombra de dúvidas, se a santidade for compreendida como componente do ser e do agir da Igreja e na Igreja.

O reconhecimento da santidade

A devoção a pessoas que viveram em santidade é reconhecida e venerável (*LG 51*), aos irmãos falecidos desde os concílios de Niceno II (787), Florentino (1431-1445) e Tridentino (1545-1563), portanto, seguindo estes reconhecimentos, a Igreja determina que o processo para beatificação que se inicia na Congregação, em Roma.

Apresenta-se o indicado a santo aquele(a) que durante a vida gozou da fama de santidade⁴, vivendo de maneira heroica as virtudes cristãs, ou martírio por seguir de perto os ensinamentos de Jesus Cristo, utilizando-se para isto, passando a ser visto(a) como *venerável* e *Servo*⁵(a) *de Deus*. Na etapa seguinte, ocorre a investigação, virtudes heroicas, pesquisa e comprovação de milagres, até ser beatificado(a). Para ser considerado(a) beato(a) é preciso comprovar um milagre. A graça da proclamação de santo(a) é atribuída após a comprovação de outro milagre⁶.

A santidade está implicada diretamente as ações caritativas voltadas principalmente a justiça social e para que ela seja cumprida se

Cordis. Dossiê: Religião e Sociedade, São Paulo, v.1, nº 26. 2021.

⁴ Art. 1, § 3."as normas sobre os processos do Código de Direito Canónico e do Código das Igrejas Orientais, que dizem respeito ao procedimento para a recolha das provas documentais e, em particular, as que dizem respeito à audição das testemunhas" (SANCTORUM MATER, Roma, 2007).

⁵ Ibidem § 2. É chamado *Servo de Deus* o fiel católico do qual já se iniciou a causa de beatificação e canonização.

⁶ Ibidem - § 1. A causa de beatificação e canonização diz respeito a um fiel católico que em vida, na morte e depois da morte gozou de fama de santidade, vivendo de maneira heroica todas as virtudes cristãs; ou goza de fama de martírio porque tendo seguido mais de perto o Senhor Jesus Cristo, sacrificou a vida no ato do martírio.

faz necessário estar de forma participativa e engajada em políticas públicas⁷. Muito tem se falado em ações pelos cristãos em que se procurem estar engajados politicamente, estes verbos são utilizados para encontrar um novo caminho missionário para o cristão dispostos como: recriar, refundar, reler, renovar, resgatar, ressignificar, entre outros.

As políticas como um bem social

O Papa Francisco escreveu no prólogo de seu livro 'Vamos Sonhar Juntos: O Caminho para um Futuro Melhor', em relação a pandemia do COVID-19 deixa claro a necessidade de envolvimento com as políticas públicas.

Não são apenas indivíduos que estão em provação, mas povos inteiros. Pensemos nos governos que têm que tomar decisões no meio dessa pandemia. O que é mais importante: cuidar das pessoas ou fazer com que a economia não pare? Interrompamos as engrenagens que geram riqueza, conscientes de que as pessoas sofrerão, embora assim salvemos vidas? Em alguns casos, os governos não foram capazes de compreender a magnitude desta doença ou não contaram com os recursos necessários. Esses governos hipotecaram o próprio povo. As decisões que tomaram puseram à prova suas prioridades e deixaram expostos seus valores. (FRANCISCO, 2020, p. 8-9).

Os valores apresentados por Francisco apontam para os praticados pela Santa Dulce dos Pobres que desde sua infância praticava políticas em relação aos comerciantes, empresários, governos e até mesmo com o clero em busca de melhores condições para os seus

-

⁷ Para o teólogo *Clovis Pinto de Castro* "a santidade social na perspectiva wesleyana implica na participação dos cristãos e cristãos no projeto de Deus de restauração de sua Criação" (CASTRO, 2013, p. 285).

pobres. É, portanto, diante de crises e dificuldades que o ser humano se abala e precisa colocar um novo norte a ser seguido independente do lugar para onde o barco foi arrastado. Dulce e Francisco ao enfrentar os problemas aproveitam e refletem com atitudes cristãs, apontam caminhos para que saia melhor da situação e nunca com o mesmo estilo de vida que se encontravam. Converter-se em uma crise é ser tocado por ela e com isto, saber que o sofrimento se torna necessário para mudar.

Toda mudança cristã implica em colocar em prática as virtudes teologais, assumindo e abraçando a Cruz que é dada naquele momento em que a confiança e a misericórdia dará coragem para que deixem os murmúrios de lado e se coloque a caminho e o encontro do próximo para servi-lo, construindo assim, a compaixão pelo serviço e pela caridade. Estas virtudes são fundamentadas na carta do apóstolo Paulo aos Corintos (1Cor 13,13) e teologicamente temos: a fé, a esperança e o amor caridade.

As políticas são dadas como um bem social extremamente necessário para que o género humano caminhe cada vez mais para a unidade sustentada pelo tripé: política, economia e sociedade. É tanto imprescindível essa estrutura para que os sacerdotes em conjunto e sob a direção dos Bispos e do Sumo Pontífice evitem desgastes e todo o motivo para divisão. A unidade do clero, portanto, tem uma estrutura *política* e *religiosa* para que a humanidade toda seja conduzida à unidade da família de Deus (cf. LG 28).

O chamado de Francisco a santidade é construída possivelmente com olhar em ações eclesiais que vêm engendrando no cenário de políticas públicas, movimentos em que a Igreja começa a se edificar como organismo vivo perante a sociedade, desenvolvendo a ação salvífica de Deus na história. Neste período, a Teologia Pastoral caminha essencialmente como um meio ativo de se fazer parte de um *lócus* social decorrente do peso das realidades surgidas no pós-guerra. (cf. ADLER, p.27).

Francisco atualiza a necessidade de uma Igreja se fazer presente entre os espaços públicos principalmente dentro dos grandes centros urbanos onde o poder econômico é mais feroz e dá sinais claros das diferenças das classes sociais. Urge, portanto, no mundo da práxis uma apresentação cristã-católica nos meios públicos desses centros levando uma pastoral voltada as políticas públicas.

A santidade como um bem social

Quando o assunto é santidade logo vem à mente, está ligado a pessoas canonizadas na perspectiva dos cristãos católicos, olhando por outro ângulo e incorporando as políticas públicas esta santidade passa a ter um significado da ação social pela qual os cristãos e cristãs atuam no projeto da construção do reino de Deus e trazendo consigo a restauração da humanidade. A santidade implica no bem-estar social que faz parte das políticas e desafios presentes nos espaços públicos das novas orientações e diretrizes legais brasileiras onde se discute, por exemplo, sobre a presença de crucifixos em tribunais e órgãos públicos⁸.

_

⁸ o princípio da laicidade do Estado – paradigma jurídico-filosófico comum à grande maioria dos Estados ocidentais contemporâneos – impõe uma estrita separação entre os órgãos públicos e as instituições religiosas, de modo que se estabeleça a completa autonomia da esfera pública

A santidade social⁹ é relacionada diretamente a participação dos cristãos e cristãs nos projetos de Deus e na restauração de toda a sua criação¹⁰. A religião e a santidade implicam na iniciativa redentora de Deus em sua nova criação (cf. PLAÇA, 2008).

Este cenário em um país laico nos remete a pergunta: "o que seria busca da santidade diante das políticas públicas?¹¹" Para isto, escolheu-se um percurso que busca a definição apriore não de forma uniforme e determinista do que venha a ser este termo direcionando as oportunidades e perigos conceituais.

Para analisar de forma mais objetiva sobre o termo políticas públicas pode-se dizer em linhas superficiais que é a presença da religião cristã em espaços geridos por uma estrutura governamental pública. E assim, ao mesmo tempo em que se configura este espaço como de gestão política, também é convergida a simbologia que em

em relação às autoridades religiosas, às organizações confessionais, enfim, ao plano do espiritual. Em linhas gerais, o núcleo do Estado Laico encontra seus fundamentos numa concepção secular e não santificada da política. STERNICK, Daniel. PUC-RIO, 2007.

⁹ A santidade social na perspectiva wesleyana implica na participação dos cristãos e cristãs nos projetos de Deus de restauração de sua Criação. Para Wesley, a religião não é um meio pelo qual a humanidade escapará para um reino celestial mais tolerável, mas a participação na própria iniciativa redentora de Deus, sua nova criação. Joyce Torres Plaça, O século do Credo Social, mosaico, apoio pastoral, Faculdade de Teologia da Igreja Metodista – UMESP, Ano 16, no 41, janeiro/maio de 2008. p.3.

¹⁰ Bento XVI citado por Francisco, "o homem não é apenas uma liberdade que se cria por si própria. O homem não se cria a si mesmo. Ele é espírito e vontade, mas é também natureza" (LS 6).

[&]quot;"...pode-se dizer que a teologia pública busca analisar, interpretar e avaliar a presença da religião, neste caso da religião cristã, no espaço público. Para tanto, é preciso considerara especificidade do contexto, no caso brasileiro, e de sua configuração de espaço público. Ao mesmo tempo, considerar-se-ia o texto bíblico na sua tradição pelo tempo e espaço, ou seja, ao longo dos séculos e ao redor do mundo, e as interpretações, por exemplo, confessionais, que se fez historicamente e que se faz hoje. SINNER, Rudolf Von. TEOLOGIA PÚBLICA NO BRASIL: UM PRIMEIRO BALANÇO. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, Ano 44, Número122,

p. 11-12

^{28,}Jan/Abr2012http://periodicos.faje.edu.br/index.php/perspectiva/article/view/1589/1939

muitos casos tem o crucifixo representando a união entre o Estado e a Religião.

Historicamente esta relação vem se desenvolvendo desde o reconhecimento do cristianismo como a religião do estado após a conversão de Carlos Magno e com a sua coroação fez com que despertasse na Igreja católica o desejo de reviver o Império Romano do Ocidente, buscando uma unificação europeia sob as ordens geridas de um monarca cristão.

No Brasil considerando-se um país de religiosidade laica segundo a Constituição da República Federativa do Brasil¹² permanece com o simbolismo cristão, principalmente pela consideração dos textos bíblicos ao longo dos séculos através de interpretações confessionais.

A teologia dentro dos espaços públicos¹³ procurou e procura diante dos desafios um diálogo constante que é relevantemente objeto da tradição cristã. Como termo "teologia pública" abre espaço para a discussão acadêmica a partir de 2001 através da universidade jesuíta em São Leopoldo com o programa do *Instituto Humanitas da Unisinos*¹⁴, trazendo temas como o diálogo inter-religioso, ecologia, ética, teologia na universidade e método na teologia.

Cordis. Dossiê: Religião e Sociedade, São Paulo, v.1, nº 26. 2021.

.

¹² **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: **VIII** - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

¹³ A "teologia pública diante de um círculo hermenêutico entre contextualidade e catolicidade, relevância e identidade, situação e mensagem, particularidade e universalidade". Rudolf von Sinner (SINNER, 2012, p. 11-28).

¹⁴ Instituto Humanitas Unisinos (IHU). *Gênese, Missão e rotas*, Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/genese-missao-e-rotas.

Francisco santidade como movimento social

A santidade exige movimento e, portanto, não é algo definido como um padrão estático, ela segue um paradigma Jesus Cristo. Em Jesus Cristo é explicito que para ser santo é necessário a experiência de uma vida inteira a qual se reúne o acreditar pela fé, a oração e a ação. Desta forma a palavra que mais se aproxima da santidade é a *graça* segundo o apostolo Paulo na carta (cf. Rm 1, 18-20) que pontua a graça como sendo imerecida pela humanidade e explica que no final de nossas vidas ocorrerá um julgamento em total equidade onde os homens serão prevalecidos de justiça absoluta. Todo ser humano ficará calado e o temor a condenação será a única sentença para os homens e mulheres que viveram no pecado (cf. Rom 3,23) tentando igualar a imagem de um Deus incorruptível ao ser humano corruptível.

A santidade é o caráter de Deus o qual pela graça torna-se o caráter da humanidade Deus que é santo. O homem é santificado, por fazer parte da santidade divina. Existe, portanto, a necessidade participativa e ativa para que se conheça o Pai (cf. Mt 11,27). A santidade depende da caridade como meio de doação pessoal no processo de santificação, na teologia pública traz como exemplo a *práxis* da Teologia do Povo¹⁵ difundida principalmente na Argentina como um braço da Teologia da Libertação e muito utilizada nos documentos e reflexões do Papa Francisco.

¹⁵ SCANNONE, Juan Carlos. *A Teologia do Povo. Raízes teológicas do Papa Francisco*. A pertinência da sabedoria popular no ethos cultural: uma alternativa teológica. [...] "o lugar da sabedoria popular tem nela e em sua encarnação sob a forma de cultura. Nesse caso, trata-se da ou das culturas(s) latino-americana(s) das quais, porém, se pode tirar um modelo universalizável para toda inculturação da teologia" [...]. Tradução Jaime A. Clasen, Paulinas, São Paulo, 2019, p. 123.

Papa Francisco fala sobre o chamado à santidade na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*¹⁶ apontando para a relação e a experiência do chamado à santidade desde as primeiras comunidades cristãs, os apóstolos possuíam a simpatia de todo o povo descrita pelo evangelista Lucas em Atos dos Apóstolos, permanecendo até os dias atuais (GE 93).

A teologia do povo e políticas públicas

A participação social em relação às políticas inclusivas as quais devem ter olhar atento e atrelado às políticas públicas. Ao falar em políticas públicas, aborda-se tanto às políticas de Governo como às políticas de Estado, pois há diferenças entre ambas. Porém, para que isso aconteça, é necessário saber que a comunidade é composta por filhos e filhas de Deus, criados para cuidar da sua obra.

Pode-se dizer que a participação do cristão deve estar envolta em um plano social, como cidadão do mundo e no povo que se encontra inserido, portanto, a participação popular no que tange as políticas públicas devem ser pautadas na realização da missão humana na terra atrelada aos direitos de cada cidadão¹⁷.

A teologia do povo neste sentido traz a contribuição de cada cidadão deve ter diante do processo de santificação. Cada um deve receber a emancipação dos seus direitos e deveres como cristão e como

¹⁷ RODRIGUES, José Eduardo. *A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Igreja Católica*, dissertação apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019, p. 41.

Cordis. Dossiê: Religião e Sociedade, São Paulo, v.1, nº 26. 2021.

¹⁶ GE 93. [...] "Um santo não é uma pessoa excêntrica, distante, que se torna insuportável pela sua vaidade, negativismo e ressentimento. Não eram assim os Apóstolos de Cristo. O livro dos Atos refere, com insistência, que eles gozavam da simpatia «de todo o povo» (2, 47; cf. 4, 21.33; 5, 13), enquanto algumas autoridades os assediavam e perseguiam (cf. 4, 1-3; 5, 17-18).

cidadão, levando todos a práticas participativas em pastorais sociais, conselhos municipais e associações de bairro que são fóruns nos quais as legislações são discutidas e aprovadas, com a participação de representantes na gestão de políticas tanto de Estado como de Governo¹⁸.

As políticas públicas devem ser cuidadas e realizadas pelo Governo e pelo Estado, sendo estas discutidas, programadas e executadas em favor dos membros da sociedade para o cuidado do todo. As políticas de Governo são executadas por representante temporário eleito para o cargo. Essas políticas envolvem estratégias necessárias para garantir o bem-estar social no momento e período dessa gestão.

Ao falar de política de Estado, deve-se levar em consideração ações que visam à permanência e concretude ligadas à educação, à saúde, à segurança pública, ao saneamento e outros, a santidade está presente também nestes espaços cobrando, exigindo que estas ações sejam cumpridas e os mais necessitados estejam inseridos dentro destas políticas públicas de Estado e de Governo¹⁹.

Os cristãos, de maneira geral, devem estar atentos às duas políticas citadas, principalmente como discípulos e missionários de Jesus Cristo, buscando a plenitude das ações de misericórdia, sendo a santidade buscada fortalecida a cada passo dado. Dessa forma, sempre ocorre uma transposição entre a Fé, a Fraternidade e as Políticas Públicas. Elas são como um fio condutor, ora recorrendo à hermenêutica e à exegese das sagradas escrituras nas quais temos vários

¹⁸ Idem, p. 41 - 42.

¹⁹ Idem, p. 41 - 42.

momentos ora no primeiro testamento vistos nos livros proféticos, no Pentateuco, ora aos livros do segundo testamento citados nos evangelhos e nos Atos dos Apóstolos.

Ao observar os textos sagrados, tem-se luzes da luta pela justiça, ela vem sempre em ajuda aos mais humildes e isso não quer dizer que sejam indefesos, pois temos manifestações em algumas pessoas da história, como em Davi (1 Sam 17, 36) e José do Egito (Gn, 37), que se tornam líderes escolhidos pelos olhos do Senhor, passando de humildes a poderosos.

A santidade e a teologia pública se relacionam a justiça independentemente do nível social em que se encontra e o poder a ele atribuído, pois quanto maior for a capacidade de diálogo maiores serão as responsabilidades atribuídas. Assim, os diálogos realizados por Davi e José na história é também os de hoje com o objetivo de levar o povo a liberdade e ao caminho da justiça um dos aspectos da santidade.

A frase do primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli (1868 e de 1874 a 1880): "Quando os homens são puros, as leis são desnecessárias; quando são corruptos, as leis são inúteis"²⁰. A afirmação de Disraeli é magnifica pela ótica das leis divinas.

Boilesen afirma: "[...] quando os homens são puros; jamais um irá aproveitar-se do outro. [...] A justiça será permanente; [...] pela total inexistência de homens puros; as leis são necessárias!". Em sua análise da segunda parte da frase de Disraeli, Boilesen complementa: "Quando

2

²⁰ BOILESEN, Paul Peter, Op.Cit. Quando os homens são puros, as leis são desnecessárias; quando são corruptos, as leis são inúteis. (Benjamin Disraeli), 2013. Disponível em:https://administradores.com.br/artigos/quando-os-homens-sao-puros-as-leis-sao-desnecessarias-quando-sao-corruptos-as-leis-sao-inuteis

são corruptos, as leis são inúteis. [...] E quantos desses sofreram algum tipo de punição?" ²¹ A questão de justiça a teologia pública e a santidade caminham juntas no processo em que se envolve a justiça social independente da legislação, trazendo a sua prática sob o julgo divino na sociedade.

Em vista dessas análises entende-se que a culpa de toda ausência de punição ou de aplicação da lei está relacionada diretamente às atitudes de cada membro da sociedade. Dessa forma, o comodismo da sociedade comprova a frase de Disraeli, pois se o cidadão ou membro social não exerce suas responsabilidades legais este não é merecedor da justiça, então os corruptos não têm a culpa, a culpa é exclusivamente da sociedade.

É claro que esse comodismo está dentro de um regime governamental democrático. Buscando uma análise histórica pode ser encontrada nos embasamentos da lei nas Sagradas Escrituras, dando destaque às que abordam este estudo voltado à santidade inserida nas políticas públicas. Muitos dos motivos da lei existente não ser aplicada tem como fundamento a opressão do direito do mais pobre e necessitado²².

As vozes de santidade em defesa da casa comum

Sobre a santidade o Papa Francisco escreveu uma exortação apostólica publicada no dia em que a Igreja católica festeja são José em homenagem ao pai de Jesus. Traz como título *Gaudete et Exultate* (GE)

 ²¹ Idem. BOILESEN, 2013.
 ²² Ibdem, RODRIGUES, p. 41 - 42.

e surge diante de um contexto carregado de polarizações políticas e religiosas.

Uma exortação como chamado a mudanças e transformações tanto interna como externa a Igreja na qual envolve o Estado e as Religiões, pois neste caso a política parte principalmente do diálogo como tentativa de discernimento social.

Utilizando-se da sua experiência pastoral, Francisco bebe da teologia do povo para expor o seu pensamento em um novo chamado a santidade, diante de desafios e oportunidades ele reforça todos os escritos de seus antecessores sobre o tema procurando integrar a cultura popular a religião pois "o Senhor escolheu a cada um de nós" (GE 2) "para sermos Santos e íntegros diante dele, no amor" (cf. Ef 1,4), assim, nos remete aos limites racionais e imaginários da compreensão das realidades testemunhadas por exemplos de uma mãe, uma avó ou outras pessoas bem próximas do elo familiar que diante de imperfeições e quedas, persistiram na fé e continuaram a caminhada para construção do Reino de Deus e agradaram ao Senhor (GE 3).

Em 03 de outubro de 2020 o Papa Francisco lançou a encíclica social *Fratelli Tutti*, um texto que vai além da teologia envolvendo obras literárias e ali se encontram inspirações que são comuns a todas as sociedades traz, portanto, uma revelação humana por outros elementos oferecidos que instigam a teologia a pensar na santidade com a realidade do povo.

Francisco em suas críticas poéticas insere a teologia em um diálogo multidisciplinar, construindo pontes e instrumentos de integração cultural, a integridade de suas tradições que muitas vezes são

deformadas por costumes de outros povos, bem como em alguns casos por imposição violenta e destruidora simplesmente por demonstração de poder ou mesmo por negligência. A perda da alma da fisionomia espiritual e da consistência moral lançando luzes criticada muitas vezes por não ser teologia tradicional, mas de fato apresenta diferenças e os impactos sociais. O Papa não age no sentido de manipulação de palavras de impacto, mas de verbos de ação e experiência de Deus na sociedade com os impactos atuais públicos como democracia, liberdade, justiça e unidade (cf. FT 14).

Atualmente homens e mulheres são desfigurados e sofrem manipulações de massa social, são utilizados como instrumentos violentos e polarizados ideologicamente. A experiência religiosa deve envolver-se no campo social onde em muitas instâncias sofrem mudanças pelos novos costumes e subjetivações existenciais (cf. FT 14).

Cuidar do mundo como um globo que sustenta a vida humana e a natureza significa cuidar de si mesmo. Este cuidado exige mais atenção, responsabilidade, prática integral e espiritual do sujeito como capacidade de resposta incorporadas ao meio pluralista em que se vive como os centros econômicos, metrópoles, meio ambiente, rios, florestas, agrícola, pecuário entre outros. (cf. FT 17).

A forma pela qual estas potências dominam é pelo desânimo semeado pelas *fake news* que despertam desconfianças constantes e fazem uso de valores éticos disfarçados para ter credibilidade e polarizam por meio de mecanismos o direito de existir e de defender recorrendo principalmente a estratégia de ridicularização e lançamento

de suspeitas colocando-os como malfeitores e não como vítimas (cf. FT 15).

A santidade como caminho em políticas públicas deve sempre ir em busca da verdade e de valores cristãos, onde a sociedade empobrecida e a casa comum devem ser o foco para a mitigação da diferença social e as injustiças potenciais nesta parte relevante da população e do planeta.

Os esforços das Igrejas cristãs e das demais denominações devem estar em saída com experiências e posicionamentos diante das várias ações que garantam a vida humana e do planeta garantindo assim a existência de gerações futuras.

Dirigindo-se aos jovens, Francisco na exortação apostólica pós sinodal *Christus Vivit "Cristo está vivo!*" Ele é nossa esperança, e de uma forma maravilhosa ele traz a juventude ao nosso mundo, e tudo o que ele toca se torna jovem, novo, cheio de vida" (CV 1). A juventude é parte do processo de santidade e, portanto, faz parte das pautas das políticas públicas que devem sempre serem almejadas e atingidas em plenitude dos direitos.

Jesus faz da pobreza evangélica uma condição para ser seu discípulo e é nela que se busca a santidade agindo nos meios públicos, pois, quando o pobre sofre opressão e perseguição Deus ouve o seu clamor e coloca pessoas que manifestam a sua misericórdia para a liberdade dos pobres julgados a partir de seus direitos fundamentais. O peregrino no processo de santidade deve como Igreja ficar ao lado dos que lutam pela justiça e formam movimentos de solidariedade como missão e serviço (SOUZA, 1988, p. 5, 24-26).

A casa comum deve ser cuidada e as vozes proféticas não devem se calar, ela clama conta o mal que recebe de forma irresponsável pela humanidade, principalmente dos que colocam os problemas nas gavetas, fechando instituições e ou reduzindo os orçamentos de combate ao desmatamento e da produção oriunda desses atos agressivos contra o meio ambiente e a vida.

Considerações finais

O convite a Santidade diante das políticas públicas é uma proposta com um olhar carinhoso pela humanidade e a casa comum, reunindo a perseverança no amor para a percorrer no caminho da construção do Reino de Deus. Neste caminho existem diferentes aspectos de santidade bem como as diversas maneiras de alcançá-las. É um propósito de vida que deve ser seguido por todos os batizados (GE 10) procurar ser testemunha e não parar no caminho persistindo na busca da meta, pois a vida não é perfeita em tempo integral, mas, entre subidas e descidas, quedas e vitórias somente quem agrada ao Senhor encontra a Santidade.

A santidade é o rosto do cristão dentro e fora da Igreja onde o Espírito Santo revela os sinais de sua presença o Papa João Paulo II lembrou do Cristo que até o momento de sua morte na cruz e em seguida na sua ressurreição tornou-se um patrimônio de todos os cristãos, católicos, ortodoxos, anglicanos e protestantes, mas também tornou-se podemos dizer o patrimônio de todas as religiões que se unem para o bem comum onde prevalece o amor.

As políticas públicas devem estar alicerçadas na fé, pois, ela consiste na práxis do Evangelho, colocando em atitudes e ações que praticam o Verbo encarnado, transformando e comprometendo-se com os irmãos, com o bem comum, com a justiça e a libertação dos pobres.

A fé e a política são coisas tão diferentes que se convergem no compromisso com a justiça, com o bem comum e com a libertação da sociedade, por meio delas existe a fórmula de transformação e mudança do mundo inspirados no Evangelho com as boas práticas políticas. A única certeza é que a reflexão teológica pública tem espaço para o caminho de santidade está diretamente relacionado ao exemplo de Jesus Cristo e de todos os que buscaram viver nele partilhando e colocando os pobres no centro de suas atenções e decisões.

Referências Bibliográfica

BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch. *De ocupações a teologias: desafios públicos à Teologia*, Encontros Teológicos nº 69, Ano 29 / número 3 / 2014.

CASTRO, Clovis Pinto de. *Viver na dimensão do cuidado, A relação entre santidade social e a vocação pública do metodismo*, Revista Caminhando, vol. 8, n. 2 [12], 2003.

FRANÇA, Miranda. *Evangelizar ou humanizar?* Revista Eclesiástica Brasileira, ano 74, n. 295 jul/set de 2014, p. 519.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*, *sobre a fraternidade e a amizade social, dado* em Assis, junto do túmulo de São Francisco, na véspera da Memória litúrgica do referido Santo, 3 de outubro do ano 2020.

_____. Exortação Apostólica Galdete et Exsultate, sobre o chamado à santidade no mundo, Paulus, 1° Ed., São Paulo, 2018.
_____. Exortação Apostólica Pós-Sinodal Christus Vivit, para os Jovens e para todo o Povo de Deus, Loreto, 2019.

PLAÇA, Joyce Torres. *O século do Credo Social*, mosaico, apoio pastoral, Faculdade de Teologia da Igreja Metodista – UMESP, Ano 16, no 41, janeiro/maio de 2008. p.3.

ROCHA, D. Escatologia e Práxis Fundamentalista Frente aos Desafios dos Apocalipses Contemporâneos. Interações Cultura e Realidade, v. 4, n. 6, 2009.

RODRIGUES, José Eduardo. *A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Igreja Católica*, dissertação apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

SCANNONE, Juan Carlos. *A Teologia do Povo. Raízes teológicas do Papa Francisco*. Tradução Jaime A. Clasen, Paulinas, São Paulo, 2019. SINNER, Rudolf. Von. *Teologia Pública no Brasil: Um Primeiro Balanço*, Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, Ano 44, Número 122, Jan/Abr. 2012.

SOUZA, Ney de. *A força e a Esperança dos Pobres*, Edições Paulinas, São Paulo, 1988.

Fontes

IHU, Instituto Humanitas Unisinos. *Gênese, Missão e rotas*. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/genese-missao-e-rotas. Acesso, julho, 2021.

SANCTORUM MATER - Instrução para a realização dos inquéritos diocesanos ou das e parquias nas causas dos santos. Roma, 2007.

Disponível em:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/csaints/documents/rc_con_csaints_doc_20070517_sanctorum-mater_po.html. Acesso, maio, 2021.

STERNICK, Daniel. *Crucifixos e Tribunais: Sobre o problema dos símbolos religiosos no espaço público brasileiro*. Departamento de Direito, relatório resumo, PUC-RIO, 2007. Disponível em: (Microsoft Word - Relat\363rio Daniel Sternick.doc) (puc-rio.br) acesso, julho, 2021.